

O Estado Novo e a formação do homem rural ideal através da educação: políticas e representações

GABRIELA CARAMES BESKOW¹

A historiografia das últimas décadas procurou trabalhar novos temas e abordagens sobre o período do Primeiro Governo Vargas, em especial sobre o Estado Novo (1937-1945). Essas abordagens superaram o debate sobre o populismo e trouxeram à tona a questão dos direitos e da participação dos setores sociais no período, entendendo que o ideário da época não trabalhava com os princípios do liberalismo. Dessa maneira, a inclusão desses setores poderia ser pensada a partir de premissas que não a da participação política liberal, mas a da aquisição da cidadania pela via do exercício dos direitos sociais. Conectado a esta questão da cidadania, um outro tema que foi reavivado pelas novas abordagens é o lugar do espaço rural nos projetos de desenvolvimento do governo Vargas. A perspectiva de limitação às abordagens sobre o aspecto urbano e industrial foi ultrapassada, reconhecendo-se nestes projetos a proposta de integração do campo e do homem rural. Mas de que maneira o espaço rural era integrado ao projeto de desenvolvimento brasileiro?

Com a crise de 1929, observou-se os perigos da extrema dependência do Brasil com relação ao mercado internacional. O novo projeto de desenvolvimento propunha que o país minimizasse esta dependência, e uma das chaves para isso era o crescimento de um setor industrial capaz de diminuir a necessidade de importações. Ao campo caberia o papel de complementar as atividades industriais, gerando importantes matérias-primas para a indústria nacional, além de alimentos para a população e produtos para a exportação. Porém, não se tratava de uma manutenção da antiga situação de atraso: era necessário construir um campo moderno. Com o estabelecimento de políticas agrícolas e de campanhas como a “Marcha para Oeste” o governo visava frear o êxodo rural, mantendo a população no campo e ocupando os

¹ Doutora em Ciências, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ. Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da EAMSC.

espaços “vazios” do interior do país, além de promover a capacitação do homem rural para possibilitar a modernização das atividades. Partindo destes objetivos, uma das bases fundamentais para a transformação do campo era a formação de um novo homem rural, o que seria alcançado, principalmente, através da educação.

Apesar de termos consciência de que os projetos do Estado Novo para o campo foram profundamente limitados, na prática, pelos interesses dos grandes proprietários rurais, acreditamos que existiu uma importante dimensão de incorporação do campo e do homem rural de uma maneira positiva: nas representações do imaginário nacional brasileiro. A criação deste imaginário era importantíssima para o Estado Novo. Tratava-se de um regime ditatorial, o que gerava a necessidade da existência de uma importante máquina de propaganda para a difusão ideológica e, através dela, criou-se um imaginário nacional que legitimava o regime. Neste imaginário, o campo e o homem rural são retratados de maneira extremamente positiva, como um espaço que guarda as características da “verdadeira” nacionalidade brasileira, pouco influenciada pelos estrangeirismos associados à cidade / litoral, e o homem como guardião desta nacionalidade.

Em minha tese, discuti a elaboração destas representações sobre o campo e o homem rural, buscando conectá-las com os projetos políticos e econômicos estabelecidos neste período. Neste artigo, meu objetivo é apresentar algumas das análises e conclusões da tese tratando, em especial, de como a educação rural era um dos meios pensados para se construir o homem rural idealizado nos projetos de desenvolvimento do Estado Novo.

É possível afirmar a incorporação do homem rural aos projetos do Estado Novo a partir do pressuposto de que ela se deu de forma e intensidade diferenciadas da inserção do homem urbano. Com ênfase nas áreas mais gerais de saúde e educação, diversas políticas foram promovidas para a formação do homem / trabalhador rural ideal que deveria assumir o seu papel de destaque nas propostas do regime para o desenvolvimento do campo. A natureza destas políticas é apontada pelo próprio Vargas, em discurso sobre as realizações do Governo Provisório:

Há, no Brasil, três problemas fundamentais, dentro dos quais está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar.

(...) Educar não é, somente, instruir, mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para a mais alta das virtudes: o conhecimento das suas próprias forças. O melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não o que mais cabedais de cultura é capaz de exhibir. (...) Daí sairá, no futuro, a legião dos nossos operários, dos nossos agricultores, dos nossos criadores, em suma, a legião dos obreiros dos campos e das fábricas. (VARGAS, s.d-Vol. III: 246).

A educação era pensada como um meio de transformação do homem, como fator que o possibilitaria superar as dificuldades. Vargas, em seus discursos, denunciava o estado de decadência e atraso em que se encontrava o homem rural de diversas regiões do país, cujos problemas eram causados pela imprevidência do estado. Mas o presidente valorizava a alma daqueles que, apesar da fragilidade física, desbravaram importantes regiões como a Amazônia. A solução para a realização do potencial destes homens, apontava Vargas, estava na educação:

Em algumas regiões, vêmo-lo quebrantado pelas moléstias tropicais, enfraquecido pela miséria, mal alimentado, indolente e sem iniciativa, como se fosse um autômato. Dai a êsse espectro farta alimentação e trabalho compensador; cria-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o, educando-o, e rivalzará com os melhores homens do mundo. Convençamo-nos de que todo brasileiro poderá ser um homem admirável e modelar cidadão. Para isso conseguirmos, há um só meio, há uma só terapêutica, uma só providência: é preciso que todos os brasileiros recebam educação (SILVA, 1940: 20-21).

Tratar do tema da educação no espaço rural no período torna-se um desafio, pois é muito pouco abordado pelos pesquisadores da educação, e mesmo pelos historiadores. Tentaremos enfrentar este desafio buscando identificar que tipo de homem se pretendia formar a partir das propostas elaboradas para este ramo da educação. Optamos por tratar a educação rural a partir da educação agrícola, já que o objetivo principal, como veremos, era preparar a juventude para o trabalho no campo. Este ramo da educação será abordado compreendendo-o em um conceito amplo, abrangendo a instrução fornecida por diferentes

instituições: escolas, clubes agrícolas e aprendizados agrícolas, entre outros. A nosso ver, essa instrução visava atingir dois objetivos principais: o de inculcar o amor à terra (a valorização ideológica do campo e do trabalho agrícola), e o da formação de crianças e adultos para o trabalho na terra.

O tema da educação agrícola era mais um desafio colocado perante o Estado Novo que tinha profundas raízes no passado. Em períodos anteriores já se discutia entre políticos, educadores, intelectuais e os setores agrícolas a necessidade de capacitação do homem rural.

Os debates sobre a abolição da escravatura deram impulso ao tema do ensino agrícola, pensado, durante as décadas seguintes, tanto como possibilidade de capacitação e melhoramento do trabalhador nacional, a partir dos modelos europeus, quanto como instituição capaz de garantir ocupação aos menores desvalidos, desviando-os da vadiagem.

As políticas voltadas para a educação agrícola após a Revolução de 1930 apresentaram muitas continuidades em relação àquelas elaboradas no período anterior. Entre as correntes intelectuais predominantes no debate da época, Prado (1995) destaca a do ruralismo pedagógico,

caracterizado como uma corrente de pensamento articulada por alguns intelectuais que (...) formulavam ideias que já vinham sendo discutidas desde a década de vinte e que, resumidamente, consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas (PRADO, 1995: 6).

Entre os interesses e necessidades hegemônicas, destacamos os temas da fixação do homem rural ao campo, com a contenção do êxodo rural, o incentivo ao retorno aos campos, e a qualificação do homem rural para o trabalho. Segundo Prado:

Não só se argumentava no sentido de proporcionar ao homem habilitações adequadas à sua utilização produtiva no trabalho rural, como pretendia-se que esse fator (humano) de produção fosse retido em seu lócus de origem, para que não houvesse escassez de mão de obra rural e, ao mesmo tempo, o êxodo não provocasse outra ordem de conseqüências (...) (PRADO, 1995: 15).

Entre os estudiosos da questão da educação agrícola, uma das propostas mais

recorrentes era a necessidade de que, sobre a base homogênea da educação primária, se construísse uma “superestrutura” que levaria em conta as especificidades geográficas, econômicas e culturais de cada região. Essa base homogênea definia como objetivos da escola primária:

1) O desenvolvimento da personalidade (objetivo individual); 2) A integração do educando na sociedade brasileira em geral (objetivo nacionalista); 3) Formação do sentimento de solidariedade humana (objetivo humano); 4) O ajustamento ao ambiente regional em que se desenvolve a vida do educando (objetivo vocacional) (BITTENCOURT, 1944: 92).

É importante observar que as propostas de educação profissional elaboradas pelo Estado visavam preparar tecnicamente o trabalhador para assumir um papel bastante específico que seria determinado pelo seu ambiente, pelo meio onde vivia. O modelo a ser implementado não poderia ser único para todo o país, pois tinha que levar em consideração as características regionais particulares, em especial o caráter urbano ou rural. Portanto:

De acôrdo com as tendências de cada região e regime de trabalho dos seus habitantes, devemos adotar tipos de ensino que lhe convêm: nos centros urbanos - populosos e industriais -, o técnico-profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior - rural e agrícola -, em forma de escolas, patronatos e internatos. Em tudo, com o caráter prático e educativo, dotando cada cidadão de um ofício que o habilite a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de higiene e de trabalho, consciente de seu valor moral (VARGAS, s.d-Vol II: 121-122).

A questão central que permeava o modelo de educação agrícola a que se referem os discursos produzidos no período estava voltada para a valorização do homem associada ao ato de trabalhar. Tratava-se não somente da educação básica, da alfabetização, mas principalmente da educação profissional e técnica. As reformas educacionais realizadas enfatizavam essa perspectiva, já que a educação secundária e superior seriam voltadas para a formação das elites condutoras do país enquanto a educação básica e profissionalizante seria

dirigida para a maioria da população brasileira.

Um dos modelos propostos para a formação de trabalhadores no campo é o dos Aprendizados Agrícolas, que existiam desde a Primeira República mas que, durante o governo Vargas, sofreram reformulações. Eram instituições voltadas para a formação de trabalhadores qualificados para as atividades rurais modernas, e tinham por finalidade,

a instrução profissional agrícola dos filhos dos pequenos e médios proprietários rurais, dos trabalhadores da gleba e dos operários da indústria agrícola, de forma a preparar os futuros capatazes e operários necessários no progresso e no desenvolvimento da agricultura nacional (RRNT, n.º. 8, 1944).

Os Aprendizados instituídos durante o governo Vargas eram compostos por três cursos: o Ensino Agrícola Básico, com três anos de duração, voltado para a formação de capatazes, abrigando jovens a partir de 14 anos com primário completo e destinado à preparação para o trabalho; o Ensino Rural, com duração de dois anos, destinava-se à formação de trabalhadores rurais, composto por crianças a partir de 12 anos que já tivessem recebido alguma instrução primária; e o Curso de Adaptação, voltado para o trabalhador em geral, adulto em sua maioria, e sem qualquer diploma ou qualificação profissional prévia (MENDONÇA, s.d.). Na formação destes trabalhadores, enfatizava-se o ensino prático que tinha, em geral, o dobro da carga horária das disciplinas teóricas. Faziam parte dos currículos disciplinas como língua pátria, aritmética, história pátria, noções de ciências físicas e naturais, olericultura, fruticultura, noções de criação de animais domésticos, entre outras (MENDONÇA, s.d.). Era ministrada também a educação higiênica, e era fornecida assistência médica aos alunos. Em todo o país estavam em funcionamento, no ano de 1944, nove Aprendizados Agrícolas em estados como Pará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Rio de Janeiro, por exemplo.

Os intelectuais da época viam a importância de preparar as crianças do campo para o futuro. Por meio da educação agrícola pretendia-se despertar o gosto pelo trabalho nos campos, preparando futuros trabalhadores e buscando garantir sua fixação à terra. Com este fim foram criados os Clubes Agrícolas, pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da

Agricultura. Inspirados em instituições semelhantes existentes nos Estados Unidos, os chamados Clubes 4-H (head, heart, hands and health – cabeça, coração, mãos e saúde), tinham como objetivo a dignificação do trabalho manual e a valorização do trabalho agrícola, o incentivo à policultura e à criação de hábitos de economia, além de buscar fortalecer a organização de cooperativas para a venda da produção dos sócios. Enfatizava-se a necessidade de fazer com que as crianças tomassem gosto pelas atividades do campo, com o objetivo de formar estes “cidadãos do amanhã” para “desempenharem papel útil e indispensável no progresso do Brasil” (RRNT, nº. 17, 1944).

Além de incentivar o apego às atividades do campo, os Clubes Agrícolas tinham outros fins apontados pelo Ministério da Agricultura: mostrar os perigos do urbanismo, formar e cultivar hábitos de economia, trabalhar pelo reflorestamento, etc. Outros objetivos nos remetem à formação do tipo “ideal” de homem rural almejado pelo Estado, preparado para trabalhar com as técnicas da agricultura moderna que se buscava estabelecer:

Incentivar a policultura e proporcionar a aprendizagem de métodos agrícolas racionais, pondo em prática os princípios da agricultura científica, e demonstrando os rendimentos das lavouras e criações bem tratadas; (...) Ministrar informações estatísticas e outras relacionadas com a produção, indústria, e comércio e o transporte; (...) Combater a erosão e as pragas das lavouras e criações (RNT, nº. 15, 1941).

Outro tema de importância é a identificação dos principais problemas no caminho da consolidação dos programas da educação rural e a proposição de soluções. Entre os problemas abordados no Oitavo Congresso Brasileiro de Educação — realizado em Goiânia, em 1944 —, podemos destacar como os mais recorrentes: a importância da formação de um professorado preparado para lidar com a especificidade da educação rural; a necessidade do Estado fornecer a estes professores não só a preparação necessária, mas condições atraentes de trabalho; e as grandes distâncias, que, aliadas à falta de vias de comunicação, geravam o isolamento de determinadas regiões (IBGE, 1944). Todos estes empecilhos demandavam soluções pela ação do Estado que, em primeiro lugar, tinha que promover a construção de vias de comunicação e

o saneamento do campo, criando, assim, as condições necessárias para a chegada da escola a todos os cantos do país, proporcionando um ambiente mais atrativo para os professores. O isolamento e o vazio demográfico deveriam ser combatidos: de acordo com dados levantados no período, o espaço efetivamente ocupado e povoado do país era de 1.324.380 quilômetros quadrados, enquanto os outros 7.186.809 quilômetros quadrados eram ocupados por 1.432.840 habitantes – cerca de 3,29% da população total do país. A promoção de cursos normais voltados à capacitação do professor para o trabalho no meio rural deveria também ser feita pelo Estado.

Como salientamos anteriormente, as políticas desenvolvidas no Estado Novo eram acompanhadas de uma forte propaganda responsável pela criação do imaginário das representações nacionais. Dessa maneira, além de elaborar políticas educacionais que permitissem a criação do homem rural “ideal” para o projeto de desenvolvimento do país, o regime criou um imaginário sobre essa figura idealizada. Esse imaginário se constituiu a partir da divulgação em diversos meios de mídia de imagens, músicas e poesias. Mas eu gostaria de destacar, em especial, aquelas divulgadas a partir de livros de leitura escolar. Os livros de leitura adotados em escolas que tinham como tema o espaço e o homem rurais tinham diversos objetivos, como o de imbuir os estudantes de uma série de valores e visões de mundo. Maria Helena Capelato (2009) afirma que um aspecto importante do estudo deste tipo de material é exatamente a percepção do seu controle por parte dos agentes do Estado. Aponta, ainda, o fato de a escolha e a aprovação deste material sofrer ainda maior interferência por parte do Estado no caso de regimes autoritários. Outro aspecto destacado por Capelato é a importância de estudar o material didático em sua conexão com o contexto cultural e com as estruturas políticas nas quais se insere. É exatamente sob estas perspectivas que propomos realizar a análise dos livros de leitura escolar: como instrumento do Estado Novo para inculcar seus valores nos jovens escolares; e a conexão entre estes valores e as propostas políticas que os conformam.

A obra “*Os serões na fazenda*” indicada para a adoção em escolas rurais, é composta por diferentes tipos de textos – poemas, fábulas, contos, lições morais, etc. – inseridos na

narrativa do cotidiano da vida na fazenda. Na história, os leitores são convidados a conhecer o cotidiano da vida na fazenda adquirida pelo vovô, que conta com a colaboração de seus netos, meninos e meninas que trabalham ativamente, seja em tarefas domésticas ou na produção da propriedade. A narrativa é permeada por pequenas histórias e fábulas contadas pelas tias ou pela avó, além de relatar fatos do dia a dia da família. Por meio destas histórias, fábulas e relatos é transmitida uma série de ensinamentos sobre o campo e sobre o homem rural “ideal”, desde conhecimentos sobre animais e sobre particularidades da vida no campo, até a necessidade da aquisição de hábitos saudáveis, todos carregados de forte cunho “formador”. É o exemplo dado pela lição da vovó:

Lavai-vos, diariamente, meus meninos: lavai-vos com água fria, se quiserdes ter saúde. É pelo asseio que poderemos estar livres de moléstias. Fugi do álcool e do fumo. Eles são nossos inimigos, pois produzem doenças sérias e mortais. Abstende-vos das frutas verdes, das balas coloridas e, quando suados, da água gelada. Deitai-vos cedo. A criança necessita de repouso. Levantai-vos, porém, bem cedo, abrindo a janela para que o ar se renove. O quarto precisa ser arejado e limpo, para termos saúde. Evitai o frio, a humidade e a poeira. Eles nos fazem mal. Procurai cobrir pouco o corpo e abrigai a cabeça do calor do sol. Seguindo estes conselhos, tereis sempre saúde e sereis felizes (RINALDI, 1945: 11-12).

Os conselhos da vovó contribuem não apenas para formar um homem rural com hábitos saudáveis; eles implicam também em um “saneamento” moral desse homem, na formação de um trabalhador ordeiro e disciplinado. Estes aspectos estão destacados nas passagens que aconselham as crianças a se afastar do álcool e do fumo, além da ideia de que é preciso deitar e acordar cedo, hábito que deve ser cultivado por quem trabalha. Assim, percebemos que o livro contém lições de forte cunho moral, além de educacional.

Um bom exemplo que podemos retirar deste livro sobre a valorização do trabalho rural é uma história contada às crianças que é uma releitura do “filho pródigo”. Dois irmãos haviam herdado uma propriedade mas precisavam de grande esforço e dedicação para superar as dificuldades financeiras e fazer a terra se desenvolver. Um dos irmãos, porém, resolveu abandonar o campo e migrar em busca de melhores condições de vida. Passou anos vagando

pelo mundo, mas não conseguiu obter o que procurava, e regressou à fazenda. Lá chegando, constatou que graças a muito trabalho o seu irmão conseguiu prosperar: “É verdade! Seu irmão enriquecera ali no trabalho humilde do campo. A terra, boa mãe que recompensa a quem lhe dá, recompensa generosamente o trabalho do honesto lavrador” (RINALDI, 1945:81). O “irmão pródigo” é recebido por aquele que enriquecera e passa também a trabalhar com a terra. No livro é reforçado o aspecto de que o trabalho rural recompensa não apenas com o enriquecimento pessoal, mas, principalmente, com o enriquecimento da pátria: “Abençoada lavoura! Trouxe, com a abundância, saúde e bem-estar, e todas as alegrias de uma vida proveitosa. E, mais que tudo, a justa satisfação do lavrador em contribuir para o progresso e felicidade da Pátria” (RINALDI, 1945: 120).

Outro livro que serve de fonte para nossa análise é a obra “*Terra Abençoada*”, de autoria de Aristides Ávila. O nosso interesse por esta obra se dá, principalmente, pelo seu reconhecimento como representativa da imagem do campo que o Estado Novo buscava construir, já que foi vencedora de um concurso promovido em 1939 pelo Ministério da Agricultura para a eleição de livros de leitura a serem adotados nas escolas de rurais e aprendizados agrícolas.

Em “*Terra Abençoada*” fica clara a tentativa de valorização do campo e a perspectiva de que a riqueza que grande parte das pessoas buscava na cidade poderia ser alcançada nas atividades rurais. Esta perspectiva transparece no tema central da história narrada, que retrata a transformação de uma fazenda abandonada e praticamente improdutiva em um estabelecimento muito bem-sucedido, desenvolvido pelas técnicas da agricultura racional, e que incentivou os produtores vizinhos a também se desenvolverem, promovendo o progresso da região. A obra relata a mudança ocorrida na vida do menino Renato e de sua mãe, que após a morte do pai deixam São Paulo para tentar encontrar seu sustento em uma propriedade deixada como herança, a fazenda Ouro Verde. A história se desenvolve na saga do menino em tornar a fazenda, antes abandonada, um grande empreendimento que gerou não apenas a fortuna da família, mas também a prosperidade da região em que viviam. É possível perceber na narrativa uma grande gama de elementos que se conectam ao projeto estado-novista para o

campo brasileiro e o homem rural que tinha o papel de desenvolvê-lo.

A valorização do campo em relação à cidade é explícita em algumas das falas de Macário, encarregado da fazenda desde os tempos do pai de Renato. Por intermédio de Macário, os leitores tomam conhecimento do fato de que o Sr. Pinheiro, pai de Renato, não gostava da “vida sertaneja”, e que tinha o ideal de viver “nos grandes centros civilizados”. Por isso, não dava importância para a fazenda e não fornecia a Macário os recursos necessários para mantê-la. O encarregado afligia-se frente a este “desperdício”: “Esta fazenda é ouro e pó! E o homem não enxerga a riqueza que Deus lhe pôs na mão!” (ÁVILA, 1941: 20). A valorização do espaço rural e sua importância para o crescimento do país aparece na fala do professor Moraes que, apesar de lamentar o fato de Renato ter de abandonar seus estudos, valoriza a atitude do menino, declarando aos alunos que:

É lamentável perdermos a companhia de um rapaz tão inteligente e aplicado. É pena também que ele não possa concluir seus estudos nesta escola. Mas o que acabei de ouvir dele me enche de orgulho e deve servir como exemplo para muita gente. [...] Não devemos pensar que seja uma infelicidade o amiguinho Renato deixar a nossa convivência. Não é só nos livros que se aprende: na natureza também. E os homens do campo, como os da cidade, prestam serviço à pátria e fazem benefício à humanidade. Portanto, em vez de lastimar a saída de seu colega, quero que todos vocês lhes dêem o seu apoio, batendo palmas ao seu amor à terra e ao trabalho (ÁVILA, 1941: 10-11).

Dessa maneira, a escola, mesmo aquela localizada no espaço urbano, aparece como uma instituição legitimadora da importância do campo para a vida dos brasileiros. O professor ressalta, ainda, em suas falas, a complementaridade entre campo e cidade pregada pelo Estado:

Porém não seria acertado que toda a gente fosse trabalhar a terra. A vida nas cidades depende do campo. Mas o campo também precisa da atividade dos grandes centros. [...] não se poderia lavrar o campo sem as indústrias de máquinas. E não adiantaria que a terra produzisse bastante, se as empresas de transporte não distribuíssem toda essa riqueza. Um trabalho completa o outro (ÁVILA, 1941: 76).

A história vai tratar não apenas da transformação da propriedade, antes abandonada, em um empreendimento de sucesso, mas na transformação de Renato, do menino da cidade que se torna um homem rural “moderno”. Esta transformação se dá por dois meios: pelo tradicional, utilizando a experiência e o conhecimento do homem rural representado por Macário, e pelo moderno, com conhecimentos adquiridos em livros, manuais e com assessoria de órgãos do governo.

Macário representava o homem rural brasileiro “do passado”, cujas características positivas eram ressaltadas (dedicado ao trabalho e sonhador com um futuro próspero na agricultura), mas que seguia preceitos considerados ultrapassados. Mesmo assim, é interessante chamar a atenção para os aspectos valorizados no personagem:

Como fora educado no trabalho, tinha muita confiança em si mesmo. Era filho, neto e bisneto de gente que nunca se atemorizou com as enchentes, nem com as secas, nem com as doenças. Não podia, portanto, degenerar, desmentir a sua raça, e viver como um vagabundo, indolentemente, pelas estradas, igual a um beduíno qualquer. Era da opinião de que todo o brasileiro tem obrigação de ficar rico ou, pelo menos, viver independente e com fartura. É só gostar do trabalho (ÁVILA, 1941: 18).

A passagem nos permite identificar os elementos positivos que constituem a representação do trabalhador rural: tratava-se de um homem forte, que enfrentava as intempéries da natureza (enchentes, secas, doenças); valorizava a raça, ressaltando a imagem do brasileiro como um povo trabalhador; valorizava o ato de trabalhar, preceito central na ideologia estado-novista; e, por fim, consolidava o mito do Brasil em que “se plantando tudo dá”: bastava o homem ser trabalhador para retirar das terras as riquezas que esta oferecia.

A fazenda Ouro Verde há muito se dedicava à plantação de café. Mas Renato resolveu apostar na diversificação da produção, voltada, inicialmente, para o sustento da família. A história segue descrevendo os insucessos iniciais de Renato, o aprendizado que adquire com as experiências malsucedidas, com as bem-sucedidas, e com o conhecimento adquirido nos livros e manuais técnicos. Outro exemplo da valorização dada ao conhecimento técnico na

obra vem de uma história contada por Macário, que apesar de representar o trabalhador “do passado”, oferece o relato sobre um antigo patrão que sempre cuidou de sua produção a partir de métodos científicos:

Só punha na terra semente escolhida. Não começava uma lavoura qualquer sem mandar um saco de terra para ser examinada num laboratório em São Paulo. Se não era boa, primeiro preparava a terra com o adubo necessário. E, depois de tudo isso, não plantava um grão sem olhar uma porção de livros. Até na lua ele prestava atenção, antes de fazer a sementeira. Gastava um dinheirão com adubos, drogas para matar as pragas e as formigas, e até com viagem para São Paulo e para o Rio, por qualquer dúvida (ÁVILA, 1941: 56).

E o patrão de Macário sempre destacava a importância do governo, por desenvolver órgãos de pesquisas técnicas para a assistência aos lavradores: “Pois não é sem necessidade que o governo sustenta um exército de gente que estuda as questões de agricultura, escreve livros, faz experiências, inventa sistemas e fiscaliza a produção de todo o país” (idem).

A produção de Renato, que inicialmente proveu produtos apenas para o consumo da família, cresceu e permitiu a venda dos mesmos na vila em que viviam. Com o lucro, pôde adquirir novos livros e diversificou sua produção, investindo também na criação de animais. O ápice da história se dá com dois acontecimentos. O primeiro é a perda de grande parte da produção de café devido a uma geada, quando graças à “quitanda” do menino a fazenda pôde sustentar-se, e muito bem. O segundo ocorreu com o início da competição por parte das fazendas vizinhas. Vendo o crescimento da Ouro Verde, os produtores da região passaram a competir com ela na produção de gêneros alimentícios. Renato conseguiu superar a competição negociando seus produtos em outras cidades, principalmente a produção de ovos que iniciou com a criação de animais.

A trajetória de Renato expressa, assim, diversos pontos da ideologia estado-novista de valorização do homem rural. Graças a muito trabalho e aos conhecimentos adquiridos (com a tradição transmitida por Macário e com os livros, manuais e a assistência fornecida pelo governo), Renato representava o ideal de homem rural a constituir-se no Brasil do Estado

Novo. No fim da obra, o personagem principal é chamado para ministrar uma palestra na aula inaugural de um aprendizado agrícola. O seu depoimento é uma síntese do discurso do Estado Novo:

O Brasil é uma terra abençoada. (...) Só nos resta a nós, brasileiros, utilizar com inteligência as próprias riquezas, para fazer do Brasil um país forte, que não tema ser conquistado. (...) O lavrador de hoje não pode ser um inconsciente ou ignorante, esperando que a terra lhe dê um tesouro por acaso. A terra é fecunda, porém, sua generosidade é prêmio de um trabalho inteligente. O agricultor instruído e bem orientado não espera da terra senão o que ela pode dar. E, quando confia na fertilidade da terra e empenha na sementeira o suor do seu rosto, deve saber que na terra se encontra aquilo que se vai buscar (ÁVILA, 1941: 56-57).

Em síntese, podemos afirmar que os objetivos principais da educação agrícola eram a formação de uma mão de obra qualificada e a garantia da permanência desta mão de obra no campo. Propunha-se, assim, que o ensino preparasse o homem para atuar profissionalmente de acordo com o meio em que vivia, sendo o ensino vocacional instituído desde a educação básica, de acordo com algumas propostas. A fixação do homem à terra seria promovida não apenas pela escola, mas também por outros órgãos e instituições voltados para a educação agrícola, como ilustra o caso dos Clubes Agrícolas. Estes órgãos e instituições estavam voltados não apenas para a formação das crianças, pretendendo disseminar entre a sociedade rural o “amor à terra” e conhecimentos racionais e modernos sobre o trabalho e a economia rurais. Era discurso recorrente entre os intelectuais, que não apenas a educação rural, mas a educação brasileira de modo geral, deveria ter como missão a transformação do homem nacional, agregando-lhes valores morais, patrióticos, hábitos de saúde e higiene, além, é claro, da formação profissional, resultando, daí, um homem forte e apto para contribuir com o desenvolvimento do país. Tratava-se, no campo, de superar a “síndrome” de Jeca Tatu: “Só um povo forte, instruído e consciente de suas enormes responsabilidades poderá conduzir êste vasto país, da grandeza de um continente, aos seus destinos superiores. E o povo brasileiro, por suas virtudes, é digno do berço em que nasceu” (Vargas, s.d. Vol. III: 247). Procuramos enfatizar que, além de uma política educacional voltada para atingir os objetivos

nacionais, o regime procurou inculcar na juventude a imagem modelo do homem rural ideal, difundida, entre outros meios, pelos livros de leitura escolar. Esperamos, com estas análises, ter contribuído para uma reflexão sobre aspectos ainda pouco tratados sobre o período do Estado Novo e sobre a incorporação do campo e do homem rural nos projetos de desenvolvimento brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

AVILA, Aristides. Terra Abençoada. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – Ministério da Agricultura, 1941.

BITTENCOURT, Raul. Relatório. In: Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

CAPELATO, Maria Helena. Ensino Primário franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil. In: Revista de História. São Paulo: ANPUH, vol. 29, no 57, jan.-jun., 2009. p. 117-143.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Ensino Agrícola no Brasil: da dimensão escolar ao extensionismo - assistencialismo (1930 - 1950). In: www.alasru.org/cdaldasru2006/17%20GT%20Sonia%20Mendonça.pdf

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Revista Riquezas da Nossa Terra - nº 17. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1944.

_____. Revista Nossa Terra nº 15. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1941.

PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 4, julho 1995: p 5-27.

RINALDI, Guiomar R. Os serões na fazenda. Aprovado pela Diretoria Geral de Ensino para as Escolas Rurais e 3º. e 4º. Graus dos Grupos Escolares. 1945

SILVA, José Pereira da. As melhores páginas de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Ed. Marçal, 1940.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

16

VARGAS, Getúlio. Coleção A Nova Política do Brasil – vários volumes. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, s.d.